

LEITURAS AFINS

- O Mercado de Trabalho Livre no Brasil — *Ademir Gebara*
- Negros, Estrangeiros — Os escravos libertos e sua volta à África — *Manuela Carneiro da Cunha*
- O Negro no Brasil — *J. J. Chiavenato*
- Rebelião Escrava no Brasil — *João José Reis*
- Tumbeiros — O tráfico escravista para o Brasil — *Robert Edgar Conrad*

Coleção Primeiros Passos

- O que é Racismo — *Joel Rufino dos Santos*

Coleção Tudo é História

- A Abolição da Escravidão — *Suelly R. R. de Queiroz*
- A Crise do Escravismo e a Grande Imigração — *Paula Beiguelman*
- O Escravo Gaúcho — Resistência e trabalho — *Mário J. Maestri F.*
- Os Quilombos e a Rebelião Negra — *Clóvis Moura*

Coleção QualÉ

- A Questão da Negritude — *Zilá Bernd*

Herbert S. Klein

anja 5 e 8

Escravidão africana América Latina e Caribe

Tradução:
José Eduardo de Mendonça

~~1987~~ CÓPIAS
Página nº 65
Nº de cópias 13
24/10/108
af
lado

editora brasiliense
DIVIDINDO OPINIÕES MULTIPLICANDO CULTURA

1987

O açúcar e a escravidão no Caribe nos séculos XVII e XVIII

O estabelecimento de uma nação holandesa independente na Europa teve um impacto importante na distribuição de escravos e plantações na América. A longa luta holandesa contra o domínio espanhol, de 1590 a 1640, afetaria profundamente Portugal, África e Brasil. De 1580 a 1640, Portugal esteve integrado à Coroa espanhola. Esta incorporação abriu a América espanhola aos negociantes de escravos portugueses e aos mercadores residentes, mas levou também Portugal a um confronto direto com os holandeses rebeldes, que eram os mais importantes e poderosos parceiros comerciais do Brasil.

Enquanto piratas do Norte da Europa atacavam sistematicamente os espanhóis na América e o comércio português com Ásia e África, eram os holandeses que surgiam no final do século XVI como os mais agressivos, competentes e poderosos rivais dos ibéricos. Uma fração do império espanhol desde a ascensão ao trono da Espanha de Carlos V de Habsburgo, as sete províncias do Norte dos países baixos (em grande parte protestantes) haviam entrado em ativa rebelião contra a Espanha na última década do século XVI. Para os espanhóis, as guerras holandesas de independência mostraram ser uma

escaramuça longa e desastrosa e um de seus conflitos imperiais mais custosos. Em 1609, os holandeses haviam assegurado a independência de fato e estavam prontos para usar seu avançado sistema comercial e seu domínio do comércio europeu de além-mar para levar a guerra para o interior do império ibérico. Embora as possessões da América espanhola fossem muito poderosas para serem atacadas, o império português na Ásia, na África e eventualmente na América era bem menos defendido.

A América portuguesa estava inicialmente protegida das pretensões imperiais holandesas porque os holandeses haviam se envolvido profundamente com a indústria brasileira do açúcar. Tudo estaria bem, desde que os espanhóis não tentassem interferir neste comércio internacional. Mas a guerra com os espanhóis tornou-se um envolvimento longo e sangrento, e os espanhóis finalmente atacaram embarcações holandesas vindas para o Brasil na primeira década do século XVII. Isto terminou com a neutralidade de Brasil e África portuguesa no grande conflito imperial. E no último *round* da luta, após o final da chamada "trégua dos doze anos", em 1621, os holandeses atacaram tanto colonizações portuguesas na África quanto plantações brasileiras.

Já em 1602 os holandeses haviam estabelecido sua Companhia das Índias Orientais para tomar o controle do comércio de especiarias português na Ásia. Esta competição não foi pacífica e envolveu ataques constantes dos holandeses à navegação portuguesa e a redes comerciais do Pacífico. Com a fundação de sua Companhia das Índias Ocidentais em 1621, os holandeses decidiram competir diretamente com os portugueses na África e na América. Numa campanha sistemática para capturar possessões brasileiras e africanas, a Companhia das Índias Ocidentais enviou a primeira de suas muitas frotas de guerra ao Atlântico Sul, em 1624. Capturaram temporariamente a cidade de Salvador e com ela a segunda maior província produtora de açúcar no Brasil, a Bahia.

Mas, um ano depois, uma armada combinada de portugueses e espanhóis conseguiu recapturar a província. Em 1627, uma segunda frota holandesa da Companhia das Índias Ocidentais tentou tomar Recife, primeiro porto de açúcar do Brasil e centro da província de Pernambuco, a mais rica zona açucareira da região. Mesmo expulsa pelos portugueses, a frota holandesa logrou capturar a armada anual espanhola de prata em seu retorno para a Europa, enriquecendo assim enormemente os cofres da Companhia.

Outra frota importante e um exército foram armados pela Companhia, em 1630, e depois de uma dura batalha os holandeses capturaram Recife e a maior parte da província de Pernambuco. Com esta base em produção de açúcar, os holandeses eram agora competidores diretos de seus antigos parceiros comerciais. O próximo passo nesta competição foi impedir que o Brasil tivesse acesso a suas fontes fornecedoras de escravos africanos. Assim, novas expedições foram armadas pela Companhia para capturar possessões portuguesas na África, o que também resultou no fato de os próprios holandeses se tornarem uma potência dominante no sistema de comércio escravo no Atlântico. Primeiro foi capturada a fortaleza de El Mina na Costa do Ouro, em 1638. Depois veio a queda de Luanda e de toda a região costeira de Angola, em 1641.

A tomada de Pernambuco e dos estabelecimentos portugueses na África pelos holandeses afetaram a produção de açúcar e o sistema escravocrata no Brasil e no resto da América. Para o Brasil, a ocupação holandesa resultou no fato de a Bahia substituir Pernambuco como a mais importante província em escravos e açúcar. Levou ao ressurgimento da escravidão indígena, e o resultante comércio interno de escravos abriu regiões do interior do Brasil à exploração e colonização. Para o resto da América, o Brasil holandês iria se tornar uma fonte de ferramentas, técnicas, crédito e escravos, que levaria a revo-

lução do açúcar às Índias Ocidentais — encerrando assim o monopólio brasileiro em mercados europeus e levando à criação de novas e ricas colônias para a França e Inglaterra.

Nos primeiros quinze anos Pernambuco foi uma fonte de grande riqueza para a Companhia das Índias Ocidentais, e a cidade de Olinda, sob o governo do príncipe de Nassau, tornou-se uma comunidade multi-racial e multi-religiosa incomum, com considerável cultura. Mas a arrastada guerra pelos engenhos do interior de Pernambuco, especialmente depois da revolta dos plantadores, em 1645, levou a um declínio da produção e à emergência da Bahia como a mais importante zona brasileira de produção. Ao mesmo tempo, o domínio espanhol sobre as fontes de escravos africanos reduziu o fornecimento e empurrou os preços para cima. Agricultores brasileiros mais uma vez recorreram à mão-de-obra escrava indígena, o que a Coroa permitiu temporariamente. A fonte de escravos não eram mais os índios de língua tupi da costa, mas tribos distantes, do interior, de várias famílias lingüísticas. Estas tribos eram capturadas em expedições caçadoras de escravos pelos bandeirantes que vinham de São Paulo, no interior. Estes bandeirantes paulistas perambularam por todo o interior do Brasil, e chegaram à bacia do Prata, procurando escravos e enviando-os para agricultores na Bahia e no Rio de Janeiro. Como resultado, grande parte do interior do Brasil foi explorado pela primeira vez, e a própria São Paulo expandiu-se, passando de um rude começo a uma colonização florescente. Tudo isto levaria, no final do século, ao desenvolvimento de novas utilizações de mão-de-obra escrava no interior do Brasil.

Em termos do restante da América, o controle holandês em Pernambuco levou à sua intervenção ativa no estabelecimento de além-mar de franceses e ingleses nas Índias Ocidentais. Embora a luta entre holandeses e portugueses no interior tenha reduzido o papel de Pernam-

buco como zona mais importante da produção de açúcar, a região enviava ainda uma grande quantidade de açúcar para o mercado europeu, e fez renascer as redes holandesas de comercialização de açúcar, muito rompidas pelo prévio fechamento ibérico de seu comércio com o Brasil. Necessitando abastecer suas refinarias de Amsterdã com açúcar americano, especialmente depois da queda precipitada da produção pernambucana, após 1645, os holandeses começaram a levar escravos e os mais modernos equipamentos de moagem para os colonizadores britânicos e franceses no Caribe e a transportar o açúcar destes para o mercado europeu. Na década de 40 do século XVII, agricultores holandeses com experiência em Pernambuco chegaram em Barbados, Martinica e Guadalupe para introduzir técnicas modernas de moagem e produção. Os escravizadores holandeses davam crédito a agricultores locais para compra de escravos africanos, enquanto os cargueiros holandeses das Índias Ocidentais levavam o açúcar acabado para suas refinarias em Amsterdã.

A migração em massa de agricultores holandeses e seus escravos para estas ilhas tornou-se mais dramática em 1654, quando Pernambuco e Olinda finalmente foram tomadas por tropas portuguesas. Neste período chegaram a Guadalupe cerca de 600 holandeses e seus 300 escravos, e um número igual desembarcava na Martinica. Para Barbados foram cerca de mil. Muitos destes colonizadores retornaram finalmente à Holanda, mas bastantes deles ficaram na América, e sua chegada deu um grande e novo alento à produção de açúcar caribenha, em meados do século XVII. Foram estes holandeses transplantados que se provaram decisivos na implantação efetiva de um sistema de plantação de cana-de-açúcar na ilha.

A abertura das Pequenas Antilhas e da costa Nordeste da América do Sul à colonização do Norte da Europa representou o primeiro desafio sistemático ao con-

trole ibérico do Novo Mundo. Franceses e holandeses começaram a ocupar terras nunca antes totalmente colonizadas por portugueses ou espanhóis, do estuário do Amazonas a terras do Norte da Flórida. Os mais bem-sucedidos destes novos estabelecimentos foram aqueles plantados pelos ingleses, franceses e holandeses nas ilhas abandonadas das Pequenas Antilhas, de 1620 a 1640. Utilizando-se de todos os estilos de prática de colonização, desde companhias privadas a feudos, franceses e ingleses tentaram colonizar estas ilhas desabitadas com trabalhadores brancos europeus, que chegavam em sua maioria como trabalhadores colonos. Rechaçando ataques de índios caribenhos, os europeus começaram imediatamente a plantar tabaco, a primeira colheita comercial de êxito. Produzia-se também o índigo para o tingimento de tecidos europeus e, finalmente, por desespero, os colonizadores voltaram-se para o açúcar, a colheita comercial de produção mais custosa.

Nesta corrida pela colonização, os ingleses inicialmente levaram muito maior vantagem que os franceses. Em 1640, por exemplo, os ingleses tinham 52 mil brancos em suas ilhas de Barbados, Nevis e Saint Kitts (comparados com 22 mil na colônia da Nova Inglaterra), enquanto Martinica e Guadalupe tinham não mais que dois mil colonizadores brancos. Mas, nas próximas duas décadas, o crescimento foi constante, e no fim da década de 50 havia cerca de 15 mil franceses brancos nestas ilhas. Em meados do século, o tabaco e o índigo eram os principais produtos de exportação em todas as ilhas, e ambos eram produzidos em pequenas unidades, principalmente com trabalho branco livre ou imigrante. Os escravos estiveram presentes desde o início, mas seu número era pequeno. Em meados do século, foram ultrapassados em número pelos brancos. A chegada fortuita dos holandeses na década de 40 tornou o açúcar uma proposta muito mais viável, especialmente quando o início de produção de tabaco na Virgínia levou a uma crise nos preços euro-

peus do produto. O açúcar, desde o início, havia sido plantado em todas as ilhas, mas poucas podiam manejar a moagem com êxito antes da chegada dos holandeses. Eles trouxeram o crédito necessário à importação do caro maquinário para levar os moinhos a uma operação bem-sucedida. Forneceram também escravos africanos a crédito de suas fábricas em El Mina e Luanda.

São Domingos
Barbados
Guadalupe
Saint Domingue
Barbados
Guadalupe

A transformação criada pelo açúcar nas Índias Ocidentais foi realmente impressionante. A primeira das ilhas de grande produção foi Barbados, que provavelmente experimentou a mudança mais drástica. Mas todas as ilhas passaram por um processo semelhante. Em 1645, na véspera da grande virada para o açúcar, mais de 60 por cento dos 18 300 homens brancos eram proprietários, e havia apenas 5 680 escravos. O tabaco era a colheita primária, e a unidade média de produção tinha menos de 10 acres. Na década de 70 o açúcar dominava. O número de fazendas reduzira-se a 2 600 unidades, ou apenas a um quarto do número em existência quinze anos antes. A população branca total havia declinado de 37 mil para 17 mil, e pela primeira vez na história da ilha os negros eram mais numerosos que os brancos. Em 1680 havia 37 mil escravos na ilha, a maioria nascidos na África. Existiam cerca de 350 propriedades produtoras de açúcar, e a produção havia chegado a 8 mil toneladas de açúcar por ano. Dos brancos colonos imigrantes apenas dois mil haviam permanecido, e seu número declinava. A sociedade local já era dominada pela elite dos grandes plantadores, e os 175 agricultores de Barbados que possuíam 60 ou mais escravos controlavam mais de metade dos escravos e das terras da ilha. Por esta época, Barbados era a mais populosa e rica das colônias inglesas americanas. Os navios de escravos traziam mais de 1 300 deles por ano, e no final do século esta pequena ilha continha mais de 50 mil escravos, sendo provavelmente a região mais densamente povoada nas Américas.

A experiência das ilhas francesas foi semelhante à

de Barbados, embora as mudanças tivessem ocorrido de forma mais lenta. Na ilha de Martinica, mais importante, assim como no centro menor de Guadalupe, a força de trabalho branca livre estava mais profundamente entricheirada, e as pequenas unidades rurais eram ainda importantes até o final do século. Mesmo assim, o impacto holandês foi profundo; o açúcar começou inexoravelmente a absorver as melhores terras e o fluxo de escravos continuou, sem redução. Em 1670, as ilhas de Martinica, Guadalupe e São Cristóvão tinham cerca de 300 fazendas de açúcar, com uma produção de cerca de 12 mil toneladas métricas por ano. Esta quantia era próxima das 29 mil toneladas produzidas por todas as regiões brasileiras naquele ano, e ocorreu apenas quinze anos depois de os holandeses terem estabelecido o primeiro engenho francês eficiente. A crescente produção de açúcar trouxe consigo crescentes chegadas de escravos e, em 1683, as maiores ilhas francesas tinham cerca de 20 mil escravos. Estes, em sua maioria, foram levados para as ilhas por comerciantes franceses de escravos que tinham recentemente penetrado na região da Senegâmbia, na África.

O crescimento continuou para os franceses em termos de acréscimo de novas terras, e no final da década de 60 finalmente conseguiu-se instalar uma colonização francesa na metade ocidental abandonada da ilha de São Domingos, que os franceses chamavam de *Saint Domingue*. Com solos virgens extremamente ricos, esta região começou a ter um crescimento lento e constante. Na década de 80, tinha dois mil escravos africanos e o dobro de habitantes brancos. Um censo governamental de 1687 apontou a existência de 27 mil escravos africanos nas Índias Ocidentais francesas, juntamente com 19 mil brancos, dos quais apenas mil eram colonos imigrantes.

A riqueza do comércio de açúcar atraiu não apenas novo capital e novos escravos para as Índias Ocidentais, mas deu ainda aos europeus do Norte o incentivo para

atacar diretamente possessões espanholas estabelecidas. A indicação básica desta mudança de política foi a decisão do governo de Cromwell de tentar capturar São Domingos dos espanhóis, em 1655. Este uso de tropas governamentais para atacar as ilhas colonizadas das Grandes Antilhas abriu o caminho para um importante avanço de ingleses e franceses nas ilhas caribenhelas maiores. Os ingleses fracassaram em seu ataque na bem defendida São Domingos, mas tomaram a ilha de Jamaica, pouco guardada. Os franceses breve os seguiram, com uma colônia de êxito no Oeste de São Domingos, que havia sido abandonada pelos espanhóis desde 1605. Assim, a Espanha ficou, no Caribe, apenas com Cuba, Porto Rico e a região oriental de São Domingos — todas elas ilhas ainda não desenvolvidas e com colonização precária.

No final do século XVII havia surgido, portanto, um novo complexo açucareiro e de escravos nas Índias Ocidentais francesas e inglesas. Enquanto o Brasil havia absorvido uma migração de 500 mil a 600 mil escravos da África até 1700, o Caribe não-ibérico vinha em segundo lugar no comércio de escravos, e havia recebido mais de 450 mil africanos no mesmo período. Isto deixava a América espanhola como terceira maior área de importação, com 350 mil a 400 mil escravos chegados durante estes dois séculos. As colônias francesas e inglesas em luta na América do Norte eram ainda importadoras de escravos relativamente pequenas, provavelmente respondendo por menos de 30 mil deles antes de 1700.

O regime de plantações das Índias Ocidentais começou em ilhas como Martinica e Barbados que, em virtude da qualidade de seu solo e terrenos montanhosos, tinham dificuldade no desenvolvimento de unidades muito grandes. Embora a tendência fosse a de mudança para plantações cada vez maiores, a indústria no final do século XVII parecia-se muito, em termos de extensão em acres e tamanho de força de trabalho, com as zonas açucareiras brasileiras. A norma era de cerca de 50 escravos

por plantação. Mas nos primórdios do século XVIII começou a surgir um sistema totalmente novo, de fazendas realmente gigantescas, à medida que o açúcar se movia para as áreas mais abertas de Jamaica e São Domingos. Nas décadas de 30 e 40 deste século, quando pela primeira vez Jamaica e São Domingos substituíram Barbados e Martinica como os maiores produtores de seus respectivos impérios coloniais, a fazenda média começou a alcançar a faixa dos 200 acres, o número médio de escravos chegava a 100, e o moderno sistema de plantio das Índias Ocidentais encontrava-se plenamente implantado. Este tamanho, que se tornou típico das mais importantes plantações de cana-de-açúcar, nos séculos XVIII e XIX, fossem elas francesas, britânicas ou, mais tarde, espanholas, era único pelos padrões de outras sociedades escravocratas nas Américas.

As experiências de Jamaica e São Domingos foram bastante similares, embora ao fim suas trajetórias e composição interna diferissem em aspectos sutis, mas importantes. Ambas as ilhas começaram de forma lenta e foram suplantadas por suas respectivas ilhas originais de produção, Barbados e Martinica. No caso da Jamaica, os primeiros vinte anos viram um crescimento muito lento das populações branca e negra, que eram mais ou menos iguais entre os 17 mil habitantes, em finais da década de 70. Mas a indústria de açúcar da ilha deslanhou na década de 80. Os escravos começaram nesta década a chegar num fluxo anual de mais de 3 600 e a economia continuou seu crescimento constante, apesar de desastres naturais, ataques piratas e o envolvimento em guerras internacionais — problemas aos quais São Domingos também estava exposta. Em 1703, a população branca tinha se estabilizado em oito mil pessoas e o número de escravos tinha ascendido a 45 mil. O ritmo continuou pelo século XVIII. Em 1720, quando a população escrava da Jamaica chegava a 74 mil pessoas, a ilha havia se tornado a colônia de maior população escrava nas Ín-

dias Ocidentais britânicas. A população negra havia sido acrescida de 12 mil pessoas na década seguinte e, em 1740, a marca de 100 mil havia sido ultrapassada. Em 1768, a população escrava chegava a 167 mil, enquanto a população branca atingira apenas 18 mil. A relação entre negros e brancos finalmente chegou a dez para um, no último quarto do século XVIII.

Com o crescimento da população ocorreu um aumento no número de plantações de cana, de seu tamanho médio, e ainda de sua produção por unidade. Nessa década, a Jamaica produzia 36 mil toneladas de açúcar por ano, quatro vezes a produção de Barbados (embora 15 mil toneladas a menos que a produção anual de São Domingos). Este crescimento deu-se pelo aumento da propriedade média em termos de trabalhadores e terra devotada à plantação da cana, e à crescente capacidade dos moinhos locais. Na década de 40 do século XVIII, quando a Jamaica substituiu Barbados como o mais importante produtor inglês de açúcar, uma propriedade média no setor tinha 99 escravos, e três quartos da população escrava da ilha estavam empregados no açúcar. Na década de 70, uma propriedade média tinha 204 escravos.

Com este crescimento e com a concentração da população escrava surgiu uma mudança na extensão em acres das unidades produtoras de açúcar e uma crescente concentração da propriedade. A propriedade média tinha 327 acres em 1670, com metade delas tendo 99 acres ou menos. Em 1724, a propriedade média continha 1 147 acres, e metade dos proprietários possuía 499 acres ou menos. Em 1670, apenas dois dos 724 proprietários de fazendas de açúcar tinham mais de cinco mil acres, e possuíam apenas seis por cento das terras totais dedicadas ao açúcar. Em 1754, havia nesta categoria 61 agricultores de um total de 1599, e estes possuíam 28 por cento da terra. Mais de três quartos das terras estavam agora nas mãos de proprietários que tinham mil acres ou mais.

Assim, em meados do século XVIII, a Jamaica tinha muitas características de uma sociedade protótipica caribenha de atividade agrícola. Os negros dominavam a população à razão de dez para um — cerca de 75 por cento deles estavam envolvidos com o açúcar e 95 por cento encontravam-se em áreas rurais. A escravidão urbana desenvolvida na América espanhola e portuguesa no século XVIII, com suas 21 cidades de 50 mil a 100 mil habitantes, era de menor importância em uma sociedade cujas principais cidades insulares tinham menos de 15 mil habitantes. Além disso, a produção de alimentos comerciais para consumo local, que era uma ocupação importante dos negros peruanos, mal existia em sociedades que eram tão dependentes de importações estrangeiras ou produção de subsistência escrava para todas as suas necessidades de alimentação básicas.

Certas características da sociedade de monoculturas, no entanto, eram diferenciadas na Jamaica e nas Índias Ocidentais britânicas. A Jamaica, por exemplo, tinha poucos negros e mulatos livres, e estes eram uma minoria distinta até mesmo da pequena população livre. Em termos de tamanho e estrutura das plantações, a Jamaica era um exemplo extremo de monoprodução para exportação, com o açúcar respondendo por mais de três quartos do valor de todas as exportações. A propriedade açucareira jamaicana, embora organizada como todas as outras em sua utilização de escravos, era maior que em outros locais, com uma força de trabalho típica de mais de 200 escravos. A Jamaica era protótipica, no entanto, pelo fato de que seus maiores agricultores dominavam tudo, desde a propriedade da maioria das terras produtivas e de escravos até o controle da cena política local e mesmo imperial.

São Domingos mostrou muitos dos padrões de crescimento estabelecidos pela Jamaica. Desenvolveu-se vagarosamente, esteve tão exposta quanto a Jamaica aos problemas de guerras internacionais e intervenções e teve

que competir com um centro dominante de açúcar já bem estabelecido. São Domingos levou 80 anos, a partir de sua colonização definitiva, para suplantar a Martinica em termos de população escrava e de quantidade de açúcar exportado. A manutenção do crescimento começou apenas após 1680. Por esta época, sua população total, de oito mil habitantes, era exatamente a metade da de Martinica, e apenas dois mil destes habitantes eram escravos. Levou até 1701 para que o número de moinhos de açúcar em operação e em construção se aproximasse dos 122 encontrados nesta época na Martinica. Esta tinha, então, 58 mil escravos e São Domingos apenas a metade deste número. O crescimento da Martinica começou a arrefecer no primeiro quarto do século seguinte; porém, assim como São Domingos, passou por uma expansão extraordinária de sua economia e população. Em 1740, o tamanho de sua força de trabalho escrava havia ultrapassado o da Martinica por uma margem considerável, e os escravos de São Domingos representavam perto da metade dos 250 mil escravos franceses encontrados nas Índias Ocidentais francesas. O crescimento da população branca continuou mas, como no caso das ilhas inglesas, desacelerou-se consideravelmente à medida que a população negra começou a crescer a taxas tão impressionantes. Ao contrário das Índias Ocidentais, São Domingos desenvolveu também uma classe relativamente poderosa, ainda que pequena, de pessoas de cor que perfazia quase metade da população livre da ilha, de 26 mil habitantes.

Era evidente, em meados do século XVIII, que São Domingos era a ilha dominante no Caribe. Era a maior colônia produtora de açúcar na América, tinha a maior população escrava das Índias Ocidentais e tornava-se rapidamente também a maior produtora mundial de café, cultivo que havia sido introduzido na ilha apenas em 1723. No final da década de 80, os plantadores de São Domingos eram reconhecidos como os produtores de

açúcar mais eficientes e produtivos do mundo. A população escrava era de 600 mil pessoas, não apenas a maior de qualquer ilha, mas representando quase metade do milhão de escravos de todas as colônias caribenhas. As exportações da ilha representavam dois terços do valor total de todas as exportações das Índias Ocidentais francesas, e eram, sozinhas, maiores que as exportações combinadas das Antilhas britânica e espanhola. Em qualquer ano, bem mais de 600 navios visitavam os portos da ilha para transportar açúcar, café, algodão, índigo e cacau para os consumidores europeus.

Como é óbvio, a partir dessa trajetória da história do crescimento da produção e da população, São Domingos começou a diferir substancialmente da Jamaica nas décadas dos meados do século XVIII. Seu aumento na produção e na população foi muito mais rápido que o da Jamaica, sua população não escrava de cor era um elemento muito mais significativo no conjunto de sua população livre e, o que é ainda mais incomum, sua economia era muito mais diversificada que a de qualquer ilha nas Índias Ocidentais britânicas. Embora todas as ilhas tivessem feito experiências com tabaco, índigo e café, apenas as possessões francesas, que continuaram o experimento até o final do século, tiveram êxito na manutenção de importantes colheitas comerciais alternativas, mesmo quando o açúcar emergiu como força maior.

A ascensão das colônias de açúcar francesas e britânicas nos séculos XVII e XVIII tornou-se possível pela dinâmica intervenção dos holandeses na primeira metade do século XVII. Até finais da década de 50, as Índias Ocidentais francesas e britânicas dependiam da assistência holandesa em todos os aspectos da produção, comercialização e no abastecimento de seus trabalhadores escravos africanos. Mas o crescente poder da França e Inglaterra levou à sua emergência como importantes potências comerciais na Ásia e como competidoras também no comércio de escravos africanos. Ao final do século XVII

os comerciantes de escravos britânicos e franceses, agindo como traficantes livres sem local para feitorias formais, como no caso de seus rivais portugueses e holandeses, haviam tomado uma importante fatia do comércio de escravos na África Ocidental.

Este crescente poder imperial de britânicos e franceses levou-os logo a um conflito direto com seus antigos parceiros holandeses. Em 1652 houve uma guerra entre Inglaterra e Holanda, duas potências protestantes. A esta se seguiram diversas outras guerras inglesas e francesas com os holandeses, que efetivamente destruíram a supremacia naval holandesa em todos os oceanos do mundo. Nas próximas duas décadas, ambas as potências estabeleceram barreiras tarifárias imperiais dirigidas, principalmente, contra os holandeses em seu comércio com suas possessões nas Índias Ocidentais. Embora a ambição política estivesse à frente da realidade econômica, no último quarto do século XVII a organização de produção, transporte marítimo e comercialização francesa e inglesa eram importantes o suficiente para romper com a dependência dos holandeses, não apenas nos mercados de açúcar da Europa mas mesmo no provisionamento de escravos da África. No final do século XVIII, apenas os traficantes portugueses se aproximavam dos níveis inglês e francês de participação no comércio de escravos africanos.

Assim, a ascensão da economia agrícola das Índias Ocidentais francesas e britânicas acabou com a importância da Holanda como grande fator americano na produção e comercialização de safras agrícolas. As ilhas francesas e britânicas se igualavam ao Brasil na produção de açúcar, no primeiro quarto do século XVIII, e, além disso, as restrições comerciais levantadas pelas duas potências para acabar com a influência holandesa sobre suas novas colônias tiveram um impacto direto sobre os mercados de açúcar do Brasil. Na primeira metade do século XVIII, Inglaterra e França satisfaziam suas pró-

prias necessidades e ainda as demandas de açúcar de praticamente todo o Norte e Leste da Europa. Oitenta por cento do açúcar vendido no mercado de Londres, na década de 30 do século XVII, provinham do Brasil, mas este percentual havia caído para 10 por cento na década de 90. A França, que havia sido um forte consumidor do açúcar brasileiro até 1690, estabeleceu, naquela época, tarifas que eliminaram completamente o Brasil do mercado francês. No século XVIII, apenas as melhores qualidades de açúcar branco brasileiro eram encontradas ainda em qualquer dos mercados do Norte, e a maioria da produção do Brasil estava confinada no Sul da Europa e no Mediterrâneo. Os produtores das Índias Ocidentais francesas eram tão eficientes que logo dominaram até mesmo estes mercados do Sul, eliminando ainda os produtores de preços mais altos das Índias Ocidentais britânicas do continente europeu.

Esta severa restrição dos mercados internacionais brasileiros e sua relativa estagnação da produção não eliminaram, porém, o Brasil de seu papel de importante produtor mundial de açúcar. Sua posição monopólica estava destruída, mas o crescimento contínuo do consumo europeu, a qualidade excelente de suas melhores categorias de açúcar branco e o crescimento contínuo da demanda nos mercados domésticos e imperiais garantiam as plantações brasileiras como força importante no mercado mundial. Respondendo agora por apenas 10 por cento da produção do Novo Mundo, a produção anual brasileira de 27 mil toneladas, em meados do século XVIII, a colocava em terceiro lugar, atrás da Jamaica (36 mil toneladas) e de São Domingos (61 mil toneladas). A produção brasileira tornou-se também uma importante fonte alternativa para mercados do Norte da Europa, nas freqüentes guerras imperiais travadas por França e Inglaterra, conflitos que temporariamente freavam o comércio das Índias Ocidentais com a Europa. Assim, na década de 60, o açúcar brasileiro respondia por oito

por cento do mercado europeu de açúcar, percentual que se elevou para 15 por cento nas guerras da década de 90. Esta vitalidade das plantações de cana da Bahia e do Rio de Janeiro garantiu que, mesmo com o crescimento maciço das exportações minerais do século XVIII, quando o Brasil se tornou a maior fonte individual de ouro, o açúcar ainda representasse o maior item individual de exportação brasileira — respondendo por metade do valor de suas exportações totais.

Assim, em meados do século XVIII, o sistema de plantações com mão-de-obra escrava, baseado primariamente na produção de açúcar, estava firmemente implantado na América. Ele respondia agora por algo como 1,4 milhão de escravos, africanos e nascidos na América. Isto representava, no mínimo, cerca de 40 por cento dos 3,5 milhões de escravos africanos e afro-americanos encontrados na América, e representava a maior ocupação única na qual os escravos eram empregados.

A razão para o domínio do modelo escravo de plantação na América, no final do século XVIII, devia-se ao fato de ser ele o meio mais eficiente de produção de colheitas comerciais desenvolvido pelos europeus antes da Revolução Industrial. Embora contemporâneos desta época argumentassem, por vezes, que o trabalho livre era mais eficiente e produtivo que o trabalho escravo, era evidente que a força de trabalho branca não podia ser empregada em plantações. Por mais que os escravos se sentissem relutantes com relação ao trabalho, por mais destrutivos que pudessem ser com suas ferramentas, equipamentos e colheitas, e por mais que fossem inerentemente opostos à exigência de seus senhores, a capacidade de forçar o trabalho nas plantações mais que compensava os senhores por estas desvantagens.

A organização da força de trabalho nas plantações era, provavelmente, um dos mais eficientes sistemas de mão-de-obra então em operação no mundo ocidental. A forma mais óbvia como isto se revela é na ausência de

diferenças sexuais em todas as tarefas de trabalho mais importantes associadas com plantação, cultivo e colheita, e na alta porcentagem de pessoas ocupadas em todas as idades da vida. As mulheres faziam quase todo o mesmo trabalho físico que os homens. A única ocasião em que isto não ocorria era na distribuição de ocupações qualificadas, um domínio exclusivo dos homens. De crianças pequenas a pessoas de idade, a todos era alocada uma tarefa condizente com a capacidade física. Homens e mulheres mais velhos tomavam conta de crianças ou as treinavam, ou tinham tarefas simples de cuidar do gado ou de sentinelas. Todas as crianças trabalhavam, começando com simples tarefas de capinar quando alcançavam os oito anos de idade e subindo gradualmente na hierarquia das turmas de trabalho em campo durante a juventude. O resultado deste uso do escravo é que as populações das plantações tinham as maiores taxas já registradas de pessoas economicamente ativas com relação à população total. Cerca de 80 por cento da população escrava era empregada vantajosamente. Em sociedades agrícolas do Terceiro Mundo de hoje a taxa é de cerca de 55 por cento.

Apesar dos desincentivos ao trabalho existente entre os escravos, a firme supervisão de trabalhadores organizados em turmas baseadas em habilidades físicas, e fazendo tarefas comuns em um ambiente comum, ajudava a compensar a falta de entusiasmo. A constante disponibilidade de "incentivos negativos" (uso de chicote e outras punições corporais) pode ter sido mais importante que quaisquer recompensas positivas de lazer, comida ou roupas extras, ou o provisionamento especial de direitos à terra, mas ambos os tipos de incentivos estavam constantemente disponíveis e eram utilizados. Assim, entre força, recompensas, altas taxas de participação da força de trabalho, supervisão firme e sistematização e rotina de tarefas, os escravos nas plantações geravam altos índices de produção.

A distribuição de tarefas nas plantações mostra tanto uma consistência em diferentes tipos de colheita quanto algumas divergências surpreendentes de nossas imagens clássicas de plantações. Embora houvesse algumas variações, dependendo do tipo de colheita, solos e localização, a estrutura desenvolvida com o açúcar não deferia muito significativamente daquela encontrada na produção de café, algodão ou cacau. O açúcar, em decorrência da existência de meios manufatureiros na plantação, tinha uma taxa mais alta de mão-de-obra qualificada e semiqualificada não ligada ao trabalho no campo. Mas, em todos os tipos de plantações, eram comuns as taxas relativas encontradas em fazendas de açúcar antilhanas e brasileiras.

Apenas de 50 a 60 por cento do número total de escravos encontravam-se engajados em trabalho de campo relacionado com a produção de colheitas agrícolas. Numa típica plantação de cana-de-açúcar, na Jamaica, apenas 60 por cento dos escravos trabalhavam no campo. Dez por cento destes trabalhadores estavam envolvidos com moagem e refino do açúcar, e menos de dois por cento eram servos nas casas dos senhores. O restante dos escravos, ou estavam envolvidos com o transporte das colheitas para o mercado, ou eram muito jovens ou muito idosos para trabalhar. Ainda mais surpreendente é o fato de que, em todas as turmas de trabalho, as mulheres dominavam. Habitualmente, os trabalhadores eram divididos em diversos grupos formados de acordo com sua idade e características físicas. Numa fazenda de açúcar jamaicana do século XVIII, os trabalhadores do campo eram divididos em quatro grupos baseados em sua juventude e vigor relativos. E as mulheres representavam aproximadamente 60 por cento em todas estas turmas, da primeira turma dos chamados "grandes" até a quarta, dos "capinadores".

Nas ilhas francesas, era mais típica uma organização de três turmas de trabalhadores no campo em plan-

tações de açúcar. Havia a primeira turma, dos "grandes" (*grand atelier*), feita de homens e mulheres jovens e de boa compleição física. Vinha depois a segunda turma (*second atelier*), composta de pessoas de físico menos capaz (africanos recém-chegados, mães recentes, convalescentes, etc.). Estas duas eram as turmas básicas de trabalho de campo e eram compostas primariamente de mulheres, que representavam três quartos de sua força de trabalho. Estas turmas preparavam o solo, plantavam e cortavam a cana. As únicas tarefas a que os homens do *grand atelier* eram destinados exclusivamente consistiam nas atividades pesadas de limpeza da terra, como a remoção de árvores e rochas. Uma última turma, chamada de *petit atelier*, era composta por crianças entre oito e doze ou treze anos de idade, que executavam tarefas agrícolas simples e se assemelhavam à turma de capinadores da fazenda inglesa. Três quartos das mulheres na plantação eram encontradas nas turmas do campo, mas nelas estavam menos da metade dos homens. Dos homens, um décimo se encontrava em trabalho nas refinarias, e o restante em ofícios qualificados.

As fazendas de café de São Domingos, no século XVIII, tinham uma divisão ligeiramente diferente das de plantação de açúcar, em grande parte pela ausência das atividades de moagem e refino. Assim, os 10 por cento de tarefas menos qualificadas nestas fazendas significavam que nos campos existia uma porcentagem maior de homens. A razão real entre mão-de-obra no campo e número total de escravos diferia pouco das plantações de açúcar. Numa fazenda de café típica, menos de 60 por cento do total da força de trabalho escrava estava nos três *ateliers* do campo. Mas o equilíbrio entre os sexos nas turmas de campo agora pendia para o lado dos homens.

A divisão ocupacional nas fazendas de açúcar brasileiras era semelhante à das plantações em São Domingos. Os trabalhadores da cana eram pouco mais de 60

por cento da população escrava total; eram divididos em turmas no campo, e tinham aproximadamente a mesma distribuição de servos qualificados (35 por cento) e domésticos (pouco menos de 4 por cento). A diferença mais importante estava na forma de propriedade. No Brasil, até final do século XVIII, essencialmente quatro plantações agrupavam-se em torno de um moinho de açúcar. Destas, três eram na verdade pequenas fazendas de cana de propriedade dos lavradores de cana, que eram plantadores de pequena escala ligados ao moinho de um senhor de engenho de maior porte. Nestas plantações dos lavradores, havia cerca de 10 escravos por unidade, dos quais quase todos envolvidos em trabalho no campo, com o moinho principal utilizando cerca de 70 escravos em seus campos. Havia, assim, quatro proprietários de escravos separados por unidade de moagem, mas todos trabalhavam juntos, de forma que o resultado final era uma plantação de cerca de 100 escravos. Embora fosse a metade do tamanho de uma fazenda jamaicana, esta era a média nas Índias Ocidentais francesas. É difícil explicar por que o número total de escravos numa plantação jamaicana deveria ser o dobro do usual em outros locais, mas parece que isto se relaciona às condições de qualidade do solo, ao terreno, e finalmente à eficiência relativa dos plantadores locais. Por todos os relatos, os plantadores franceses eram os mais eficientes e parecem ter conseguido a maior produção de açúcar por acre. O fato de que a estação de moagem na Bahia era três meses maior que a estação de corte do Caribe (de cinco a seis meses) garantia produções anuais mais altas, mesmo com uma força de trabalho usada de maneira menos eficaz.

A ausência de discriminação sexual na alocação de tarefas dos escravos era aparente, não apenas na organização das tarefas de trabalho nas plantações mas ainda nos preços e aluguéis que os proprietários se dispunham a pagar pelos escravos. Os preços de escravos homens e mulheres saudáveis e não-qualificados permaneciam

iguais até o início da idade madura, quanto, então, os preços dos homens subiam entre 10 e 20 por cento sobre o preço das mulheres. Este diferencial declinava quando os escravos passavam para a juventude. Estas mudanças nas diferenças de preços parecem refletir as capacidades físicas, que diferiam marcadamente apenas nas categorias de jovens. Os preços de aluguel de escravos de campo não-qualificados também seguiam muito de perto estes padrões, embora tendessem a refletir mais o puro potencial de produtividade física, já que não se pagava aluguel pelo potencial de uma mulher de parir, um fator que influenciou o preço dos escravos.

Embora o percentual da população nas plantações de açúcar listado como artesãos qualificados fosse relativamente alto, há uma discussão considerável sobre o nível de habilidades ensinadas a estes artesãos. Ao contrário de escravos urbanos na América espanhola e portuguesa, os escravos das plantações rurais não eram formalmente introduzidos como aprendizes junto a mestres-artesãos em sua juventude e não passavam pelos estágios padrões de oficial e mestre. Eram geralmente escravos homens mais velhos tirados das turmas de campo, aos quais se dava um treinamento parcial e rudimentar já na idade adulta. Os escravos de plantações eram pedreiros, carpinteiros e tanoeiros, mas há uma séria questão sobre suas habilidades, se comparadas aos artesãos escravos de Lima — sem falar nos brancos ou pessoas de cor livres. Apenas os escravos treinados como mestres do açúcar e em outras tarefas qualificadas relacionadas à própria manufatura do açúcar podem ser considerados detentores em grau de mestre de um ofício igual a qualquer nível branco de competência, já que estas eram ocupações exclusivamente relacionadas com a plantação.

Embora a literatura tradicional dê muita ênfase aos escravos domésticos, estes mostraram ser uma parte surpreendentemente pequena da força de trabalho total em todas as zonas de plantações. Não mais que dois ou três

por cento dos escravos, em qualquer plantação do século XVII ou XVIII, eram registrados como domésticos. Cocheiros, artesãos, almoocreves, pescadores, boiadeiros e outros escravos fora da supervisão dos brancos ou com algum poder sobre outros eram, na verdade, mais importantes numericamente e ocupavam até um terço ou mais das tarefas escravas definidas nas plantações.

*Caravelas
negros
mulatos
brancos
negros
mulatos
brancos*

Portanto, na década de 80 do século XVIII, o sistema de plantação estava estabelecido no Brasil e no Caribe, e dominava a escravidão na América. Cerca de 1,5 milhão de escravos então residentes na América viviam em fazendas de açúcar. As zonas de plantação de densa população negra ou mulata dominadas por uns poucos brancos tornaram-se a norma para as ilhas do Caribe e as colônias no continente. A razão jamaicana de nove africanos ou afro-americanos para cada branco era extrema, mas era comum que negros e mulatos estivessem em maioria onde quer que as plantações fossem encontradas. Também comum às colônias francesas e inglesas era a ausência de uma classe significativa de homens libertos entre os escravos. No século XVIII, os homens de cor livres eram menos de dez por cento dos 380 mil escravos nas Índias Ocidentais britânicas, uma relação também encontrada entre os 570 mil escravos das colônias continentais britânicas da América do Norte. Nas ilhas francesas, os homens de cor livres não chegavam a 36 mil, comparados aos 660 mil escravos. Em contraste, os homens de cor livres, no final do século XVIII, eram já uma parte importante no mundo da plantação e suas circunvizinhanças nas colônias portuguesa e espanhola. Em 1780, no Brasil, por exemplo, havia 406 mil pessoas livres descendentes de escravos e 1,5 milhão de escravos.

Apesar das diferenças nas relações entre brancos, pessoas de cor livres e escravos entre as potências coloniais, o próprio sistema de plantação de açúcar — seus meios de produção, sua organização de tarefas e distribuição de trabalhadores por tipo de ocupação — perma-

neceu relativamente constante através do tempo e das fronteiras nacionais. As plantações de açúcar eram mais comumente conduzidas por cerca de 100 escravos, embora diferissem em tamanho do modelo de 50 escravos no continente espanhol aos 200 escravos na Jamaica. Apesar desta amplitude, todos partilhavam características básicas de trabalho, como a falta de divisão sexual no trabalho no campo, a utilização de turmas supervisionadas para tarefas rotinizadas e a distribuição de escravos entre tarefas qualificadas e não-qualificadas. Embora o açúcar fosse, às vezes, produzido por mão-de-obra não-escrava, quase todo o açúcar moído era produto do trabalho escravo, e nenhuma sociedade americana pareceu ser capaz de exportar açúcar sem o uso de trabalhadores africanos escravos. Os arranjos de trabalho diferiram em outras colheitas, como no caso das primeiras plantações de café de São Domingos, mas as características básicas estabelecidas pelas propriedades açucareiras brasileiras e caribenhas mostraram ser o padrão para o trabalho escravo nas plantações no século seguinte.